

Novos métodos para desenterrar o passado

Há 60 anos, programa brasileiro
aprimorou a formação
de arqueólogos e ampliou a
descoberta de culturas antigas

ENRICO DI GREGORIO





Escavações no sítio arqueológico José Fernandes, em Itaberá (SP), em 1968, onde foram encontrados artefatos como a vasilha cerâmica da página à esquerda, preservada no MAE-USP

2

Em 1964, em uma expedição preparatória do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), o arqueólogo Valentín Calderón (1921-1980) voltava de Curitiba para Salvador com uma Rural Willys recém-comprada e decidiu descansar no Rio de Janeiro. O carro foi roubado, mas recuperado no mesmo dia pela polícia, que procurava por outro, da mesma marca, do então prefeito Carlos Lacerda (1914-1977). Para a arqueóloga norte-americana Betty Meggers (1921-2012), o episódio foi um sinal de boa sorte para o recém-iniciado programa. Durante cinco anos, o Pronapa promoveu trabalhos de campo por todo o litoral brasileiro e parte da Amazônia e mudou os métodos de trabalho da arqueologia brasileira.

Antes do Pronapa, os arqueólogos no Brasil tentavam explorar o máximo possível um sítio de cada vez e não tinham métodos padronizados para classificar os artefatos encontrados, o que prejudicava a comparação das peças achadas em locais diferentes. O programa propôs métodos similares de escavação, com pequenas espátulas, pincéis, peneiras e planilhas para classificação de sítios e artefatos, como já era feito em outros países. Em vez de aprofundar o conhecimento de poucos locais específicos,

priorizou o mapeamento de vários sítios do Brasil e a criação de uma metodologia de classificação e comparação dos artefatos. Nas pesquisas, os arqueólogos aprofundaram o conhecimento sobre as populações de até 5 mil anos atrás que construíram imensos montes de conchas no litoral brasileiro – os sambaquis –, estudaram sítios arqueológicos do interior do Brasil e da Amazônia e deram nomes aos métodos usados pelos povos originários para fazer vasilhames cerâmicos.

Em 1962, o arqueólogo José Loureiro Fernandes (1903-1977), do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná (Cepa-UFPR), organizou um curso para uma das primeiras gerações de arqueólogos profissionais no Brasil. Ministrado pela francesa Annette Laming-Emperaire (1917-1977) e por Margarida Andreatta (1922-2015), do Cepa, era um curso prático de escavação em um sambaqui em Paranaguá, no litoral paranaense. O Pronapa resultou de outro curso organizado por Fernandes, em março de 1964, ministrado por Meggers e seu marido, Clifford Evans (1920-1980), do qual participaram arqueólogos de todo o país.

“Os cursos foram importantes porque nossa formação ainda era muito empírica”, conta o arqueólogo Ondemar Dias, do Instituto de Arqueologia Brasileira

(IAB), no Rio de Janeiro, que participou do Pronapa. Até a primeira pós-graduação nessa área, iniciada em 1972 no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), e o primeiro curso de graduação nessa área, criado em 1975 pela Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, os arqueólogos eram historiadores, antropólogos e geógrafos.

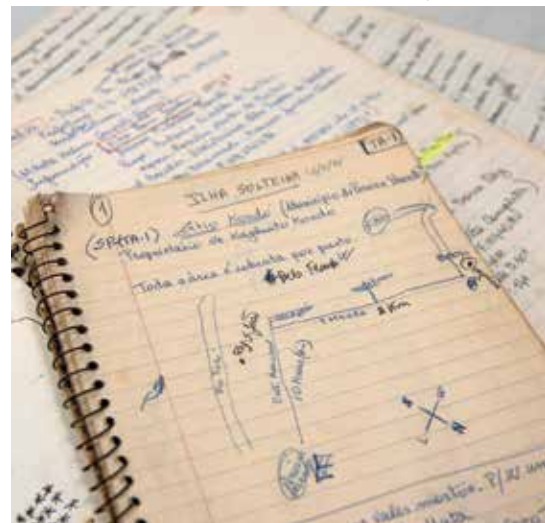
“Não tínhamos nomenclaturas padronizadas para classificar as cerâmicas, os artefatos de pedra e outros objetos, e os arqueólogos não entendiam o trabalho uns dos outros”, detalha a geógrafa e arqueóloga Silvia Maranca, professora aposentada do MAE-USP. “As pesquisas eram focadas nos grandes concheiros do litoral chamados de sambaquis. Quase não havia escavações em sítios cerâmicos do interior. O Pronapa mudou isso.”

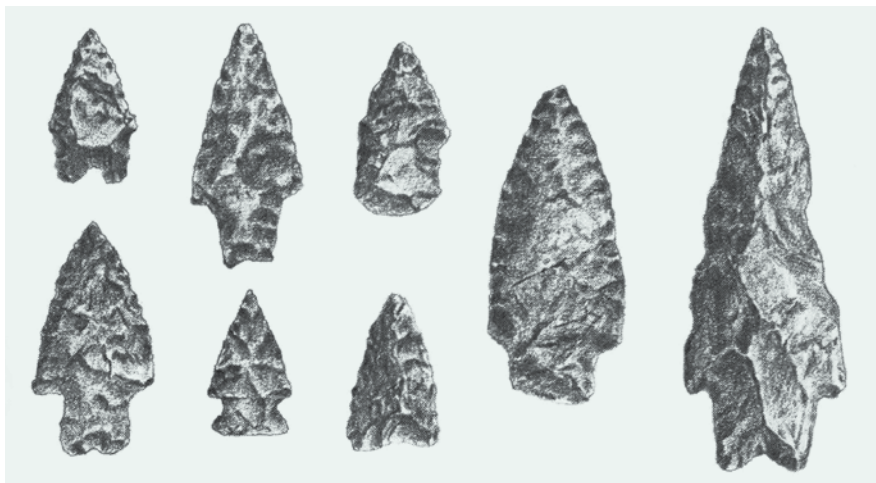
O geógrafo especializado em arqueologia Igor Chmyz, então na UFPR e hoje aposentado, ajudou a ministrar o curso de 1964. Chmyz, que havia tido aulas e participado de expedições com arqueólogos estrangeiros, apresentou métodos de classificação e análise da cerâmica a partir de uma terminologia que, dois anos depois, seria publicada como o primeiro manual para estudo da cerâmica brasileira na revista *Manuais de Arqueologia*.

Meggers apresentou o chamado método de análise e seriação Ford, criado pelo arqueólogo norte-americano James Ford (1911-1968) nos anos 1940 e 1950. A seriação estuda as similaridades e diferenças entre objetos para estabelecer uma sequência e uma datação relativa. “O método foi importante para o Pronapa

Cadernos de campo da arqueóloga Silvia Maranca, participante do Pronapa

3





Pontas de projéteis de povos indígenas que habitaram o Sul do Brasil por volta de 12 mil anos; escultura feita entre os anos mil e 500 por povos antigos das terras baixas da Amazônia



porque é usado para interpretar qualquer classe de objeto”, conta Dias.

Depois dos cursos, de 30 de outubro a 22 de novembro, Meggers e seu marido, Clifford Evans (1920-1980), com apoio da Comissão Fulbright, dos Estados Unidos, e do Conselho de Pesquisa da UFPR, visitaram arqueólogos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Pará e Brasília para conhecer melhor a arqueologia feita no Brasil e elaborar a proposta do Pronapa. Ao final da viagem, montaram um cronograma que deveria durar três anos, pelo qual cada pesquisador deveria identificar três vales de rios (logo depois o número passou para cinco) que “talvez tenham servido como rotas de migração e comunicação”, descreveu Meggers em um artigo publicado na revista *Arqueologia* em 2007, o mesmo em que contou a recuperação da Rural Willys.

Até 1968, os participantes do programa visitaram 22 regiões em nove estados e registraram mais de mil sítios arqueológicos. Das pesquisas emergiram mais detalhes sobre as populações dos sambaquis em Santa Catarina, Paraná e São Paulo, que viviam no Brasil há mais de mil anos e usavam facas e lascas de pedras para cortar ou raspar animais abatidos e produziam outros instrumentos, a partir de pedras arredondadas, chamados de *choppers*. Eles também faziam pontas de flecha de pedra, concha e osso, machados polidos e pingentes com pedras polidas e vértebras de peixes.

Os arqueólogos do Pronapa estudaram cerâmicas de todo o país e, com base nos métodos de seriação, definiram o que chamaram de Tradição Tupiguarani e outras tradições regionais, concentradas no Sul e Sudeste do país; tradições são os modos das populações antigas de determinados locais produzirem e decorarem os vasos cerâmicos. Os vasos e potes eram diferentes uns dos outros tanto pela composição da argila quanto pela decoração, que podia ser feita com ou sem tinta e com marcas de escovas, dedos ou incisões feitas com unhas ou objetos cortantes.

Maranca participou dessas descobertas em São Paulo. “Fizemos escavações em fazendas e em terrenos onde o governo ia abrir linhas de geração de energia”, conta. “Nas construções das usinas não podíamos escavar sistematicamente, porque acompanhávamos o ritmo das obras. Mas fizemos escavações profundas para encontrar cerâmicas e artefatos de pedra em Fernandes e nas margens dos rios Paraná e Tietê.”

Os arqueólogos concluíram que os indígenas da Amazônia que produziram as cerâmicas decoradas com tintas vermelha e branca ou com marcas para formar relevo da Tradição Tupiguarani viveram em “regiões de florestas apropriadas ao cultivo sazonal”, e os produtores das cerâmicas de tradições regionais habitavam “outros tipos de meio ambiente, o que fa-

voreceu sua sobrevivência”, conforme o relatório de 1970.

Barreiras, principalmente os rios, limitavam o contato entre os indígenas do litoral com os do interior da Amazônia antes da colonização europeia. “Os estudos dos anos 1960 e 1970, mesmo que tenham passado por revisões conceituais, foram as primeiras investigações em escala nacional sobre a vida dos povos originários antes da chegada dos europeus”, diz o arqueólogo João Carlos Moreno, da Universidade Federal de Rio Grande (Furg), que não participou do programa.

O Pronapa terminou oficialmente em 1973 com um debate no Instituto Smithsonian, em Washington, Estados Unidos. Um dos participantes, o arqueólogo Má-

Os idealizadores do Pronapa: Meggers e Evans, em 1964; ao lado, os organizadores de um curso em 1956: Joseph Emperaire (à esq.), Annette Laming-Emperaire e José Fernandes



rio Simões (1914-1985), então no Museu Goeldi, comentou que o programa havia se concentrado em sítios fora da Amazônia e que era necessário trabalhar mais na floresta. Ele propôs a criação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (Pronapaba), que começou efetivamente em 1976. Dias coordenou a pesquisa na bacia do rio Purus, no Acre, onde descobriu as estruturas conhecidas como geoglifos do Acre (ver Pesquisa FAPESP nº 346).

Por anos, os arqueólogos estudaram o solo escuro formado pelas matérias orgânicas deixadas pelas populações originárias da Amazônia, conhecido como terra preta (ver reportagem “Menos dúvidas sobre a origem da terra preta amazônica”, no site de Pesquisa FAPESP), e classificaram cacos cerâmicos em fases, como a Tucuruí, Tauá, Marabá e Itupiranga. Por fim, buscaram, novamente, identificar os movimentos das populações indígenas ancestrais.

O Pronapaba localizou e cadastrou 334 sítios na Amazônia, principalmente no estado do Amazonas, que concentra 119 deles. Hoje, há 467 sítios no estado cadastrados na base de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Nesse mapeamento, os arqueólogos concluíram que os povos antigos que viviam nas áreas de várzea, sujeitas a inundações periódicas, fabricavam cerâmicas elaboradas, como a marajoara, e os que moravam na chamada terra firme tinham uma técnica mais simples. Outra

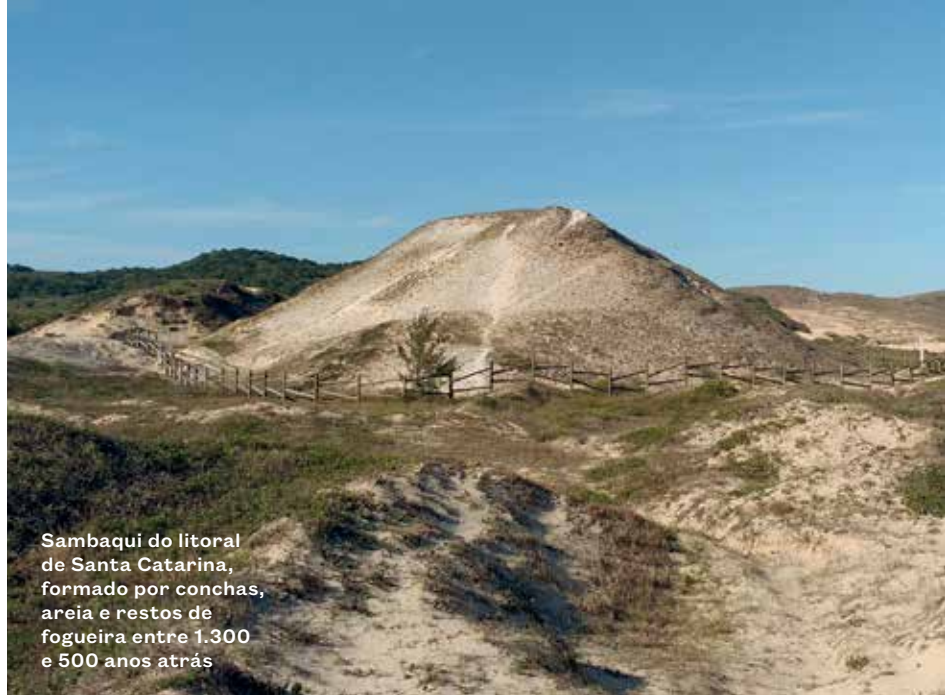
conclusão foi que as diferenças nos ingredientes da argila de cerâmicas aparentemente iguais poderiam marcar fases dentro de uma mesma tradição. Isso ajudou os arqueólogos a diferenciar quando um sítio foi ocupado por uma grande população durante um longo período de tempo e quando a ocupação da região ocorreu várias vezes de maneira intercalada.

Como os arqueólogos do Pronapa se concentraram no estudo das cerâmicas, a pesquisa de outros artefatos, como os instrumentos de pedra, foi escassa. “Após o Pronapa, no final da década de 1970, Meggers e Evans criaram a tradição Umbu, usada para classificar todas as pontas de flecha encontradas em abrigos ou sítios a céu aberto. É a mesma coisa que dizer

que todo povo originário que fazia um vasilhame cerâmico era Guarani”, critica Moreno. Em pesquisas recentes, ele concluiu que a diversidade cultural dos primeiros povos originários do Sul e Sudeste do Brasil, onde a tradição Umbu supostamente predominava, era muito maior.

As revisões foram mais profundas na Amazônia. Na década de 1990, a arqueóloga norte-americana Anna Roosevelt contestou a conclusão do Pronapa e do Pronapaba de que na Amazônia os sítios em terra firme eram pequenos, recentes e de populações pequenas. Ela encontrou sítios de até 11 mil anos atrás e datou a cerâmica mais antiga nas Américas no sítio arqueológico de Taperinha, com 8 mil anos (ver Pesquisa FAPESP nº 387).

Na mesma década, o arqueólogo norte-americano Michael Heckenberger encontrou sítios grandes com valas subterrâneas que podiam ser estruturas defensivas e registros de grandes aldeias interconectadas por caminhos feitos pelos indígenas do passado. Já a arqueóloga brasileira Denise Schaan encontrou imensos desenhos geométricos cavados pelos indígenas do passado na terra amazônica. Alguns dos sítios chegaram a ser descritos como centros urbanos ancestrais. Até hoje, os arqueólogos estudam e descobrem novas estruturas complexas dos povos antigos que habitaram o território que seria o Brasil (ver Pesquisa FAPESP nº 333). ●



Sambaqui do litoral de Santa Catarina, formado por conchas, areia e restos de fogueira entre 1.300 e 500 anos atrás

3



4

Os artigos e os livros consultados para esta reportagem estão listados na versão on-line.